

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DOS POVOADOS BOM JARDIM E MUNDÊS EM ITABAIANA/SE

Marcelo Alario Ennes¹

Resumo: Este trabalho apresenta parte dos resultados finais do projeto “Identidade, poder e meio ambiente: Parque Nacional da Serra de Itabaiana. O PARNASI foi criado em 2005 e há poucos estudos sobre como influenciou econômica, política e culturalmente as comunidades de seu entorno. Com base nas noções de campo e estratificação social o projeto procurou identificar os agentes sociais e o processo de seu (re)posicionamento no contexto de uma área de proteção ambiental. O estudo foi desenvolvido com base na combinação de técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa e sinaliza que não obstante os avanços no campo ambiental, as condições de vida e as relações de poder pré-existentes à criação do PARNASI não foram modificadas significativamente. Desse modo, observou-se que não houve alteração substancial na correlação de forças do campo investigado, o que pouco modifica as posições entre moradores, políticos locais, donos de cerâmicas e olarias.

Palavras-chave: Relações de poder. Meio ambiente. Agreste sergipano.

Abstract: This paper presents part of the final results of the project “Identity, power and environment: the National Park of Itabaiana’s Sierra The PARNASI was created in 2005, and there are few studies on how it influenced economically, politically and culturally the communities on their environment. Based on notions of social stratification and field the project aimed to identify the social agents and the process of their (re)positioning within an area of environmental protection. The study was based on a combination of quantitative and qualitative techniques and the research indicates that despite advances in the environmental field, living conditions and relations of power pre-existing the creation of PARNASI have not been modified significantly. Thus, it was observed that there has been no substantial change in the correlation of the present forces acting inside the investigated field, what modifies very little the positions among residents, local politicians and owners of ceramics and pottery industry.

Keywords: Power relations. Environment. “Agreste” sergipano.

¹ Doutor em Sociologia. Departamento de Educação. Universidade Federal de Sergipe. Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana. m.ennes@ufs.br.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental é uma expressão típica da sociedade contemporânea. Tem suscitado, também, modelos alternativos de desenvolvimento nos quais se compatibilizariam o crescimento econômico, a preservação da natureza e a melhoria das condições de vida.

A questão que motivou o presente artigo refere-se às mudanças sociais, políticas e econômicas em dois povoados do município de Itabaiana no contexto da criação de um Parque Nacional. Indaga-se sobre as transformações nas condições de vida e de mobilização política dos moradores do entorno a partir da criação de uma área de proteção.

O artigo é parte dos resultados de projetos de pesquisas efetuadas na área de estudo desde 2007. Nesse período, o estudo foi desenvolvido por meio de vários procedimentos e técnicas de pesquisa. Em um primeiro momento, em uma fase de aproximação com o objeto de pesquisa foram realizadas viagens de reconhecimento da área e para fazer os primeiros contatos com os moradores e possíveis informantes (BRANDÃO, 2007). Paralelamente fez-se o levantamento bibliográfico sobre a área estudada e sobre questões relativas à questão ambiental e sociedade contemporânea. A constatação de um pequeno volume de trabalhos sobre os povoados delimitados como universo de pesquisa nos levou a empreender um estudo exploratório para dar maiores subsídios para elaborar os instrumentos para realização de um trabalho de campo de cunho quantitativo (BARBETTA, 1994; RICHARDSON, 1999). Os dados obtidos nessa etapa de pesquisa possibilitaram conhecer melhor a realidade socioambiental dos povoados.

A última de etapa foi desenvolvida por meio de coleta de histórias de vida de moradores mais antigos e depoimentos (QUEIROZ, 1988; LANG, 1995) de representantes de olarias, cerâmicas e órgãos públicos.

O conjunto desses recursos e procedimentos de pesquisa possibilitou verificar que a implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana resultou no atendimento parcial e desigual das demandas que motivaram sua criação. Demonstra o predomínio de ações que resultaram em uma maior proteção da natureza no interior do Parque. Evidencia, também, que os atores mais capitalizados economicamente e com maior conhecimento técnico e jurídico, conseguem não apenas adequar suas atividades econômicas às restrições ambientais, como, também, consolidam e ampliam seus negócios com base nas novas oportunidades oferecidas pela “ambientalização” do mercado. Por último, revela que agentes econômicos pouco capitalizados economicamente e com pouco conhecimento jurídico e, principalmente, os moradores dos povoados mantêm-se numa condição de subordinação agravada pelos novos limites legais de uso da área da serra que os colocam com frequência na condição de ilegalidade.

1 UM RETRATO DA ÁREA ESTUDADA

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana foi criado por meio de decreto presidencial em 15 de junho de 2005. O Parque possui uma área de 7966 ha. e abrange as serras de Itabaiana, Comprida e do Cajueiro. Estudos registram a presença de áreas de Mata Atlântica e de caatinga e de inúmeras espécies de animais, em especial de serpentes, aves e répteis. O Parque Nacional de Itabaiana está localizado a 46 km de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e está distribuído pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito.

O Parque Nacional é uma das modalidades de proteção ambiental e foi regulamentado sob a forma de lei pela primeira vez no Brasil na década de 1940, em um contexto em que a discussão sobre a questão ambiental começava a tomar forma no continente sulamericano. De acordo com um Decreto Legislativo de 1948, os parques nacionais são “[...] regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial.” (BRASIL, 1940, p.1).

Mais recentemente, um documento do IBAMA, oferece outra definição em que se nota a ausência da referência ao Estado no texto. Segundo esse documento os parques nacionais “são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade de seu todo.” (BRASIL, 1999). Os parques nacionais cumprem, assim, a função de preservação de ecossistemas naturais, possibilitam pesquisas científicas e de educação, além de permitir a recreação e o turismo ecológico.

Como parte da delimitação deste projeto de pesquisa, optou-se por estudar os povoados de Bom Jardim e de Mundês localizados no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI). Esses dois povoados foram escolhidos com base em dados do IBGE e, também, em viagens a campo onde se pôde observar *in loco* algumas de suas características².

No que diz respeito às visitas *in loco*, verificou-se, numa primeira oportunidade, que os moradores do povoado de Bom Jardim causam menor impacto ambiental à serra e ao seu entorno e visitas posteriores permitiram constatar que se não existe nenhuma olaria no povoado, não obstante existir áreas de extração de terra. De qualquer modo, quando comparado ao povoado Mundês, os moradores de Bom Jardim parecem agredir menos as áreas protegidas pelo Parque Nacional.

² O desenvolvimento da primeira fase do projeto contou com a participação dos alunos Sofia Cerqueira Schettino, Isis Anniele da Hora Bastos, Luanne Michela Bispo Nascimento e Manoel Messias de Mendonça vinculados ao Programa Iniciação Científica Voluntária (PieVol/UFS).

No povoado de Mundês, por sua vez, foi constatada a presença de várias olarias e cerâmicas, além da existência de vários pontos de extração de terra e de argila em áreas já próximas à encosta da serra. Esse problema já foi abordado em outros estudos como o de Menezes (2004), que afirma que a despeito da implantação de órgãos fiscalizações, “[...] algumas áreas estão degradadas devido à ação antrópica com a retirada de matéria prima para as olarias, argila e lenha, incêndios por atos de vandalismo, coivara no entorno que alcança a Serra.” (p. 109).

Os dados do IBGE revelam, também, duas realidades distintas quanto ao perfil socioeconômico de seus moradores. Considerando os povoados em análise, é possível verificar que os chefes de domicílio de Mundês dispõem de renda superior aos de Bom Jardim. Em Mundês, que conta 889 habitantes (IBGE, 2007), um pouco menos de um terço dos chefes de domicílio possui renda inferior a um salário mínimo. No caso do povoado de Bom Jardim, cuja população é de 524 habitantes (IBGE, 2007), esse percentual é superior aos 70%. Verifica-se, assim, que em Mundês um maior percentual de chefes de domicílio com renda entre um e três salários mínimos quando comparado com o povoado de Bom Jardim

Os povoados estudados apresentam características distintas em relação à situação ocupacional de seus moradores³. Observa-se que a grande maioria dos entrevistados de Bom Jardim (86,4%) declarou ser agricultor. Em Mundês, essa é a ocupação de apenas 16,1%. Nesse povoado, outras ocupações foram declaradas por um percentual significativo de respondentes, a saber: aposentado/a, 12,9%; dona de casa, 20,4% e oleiro, 12,9%. Se considerarem outras ocupações de moradores de Mundês, ausentes em Bom Jardim, como caminhoneiro/motorista, manicure, mecânico, merendeira, operário e serviços gerais, constata-se uma maior proporção de atividades urbanas em Mundês e, por outro lado, um perfil eminentemente rural do Povoado Bom Jardim. Pesa, ainda, para essa característica de Mundês, o fato de estar localizado à margem da rodovia BR 235 e, portanto, mais exposto a demandas e pressões externas do que Bom Jardim, localizada em uma região de maior isolamento.

Para os moradores dos povoados entrevistados, a serra tem vários significados. A começar pelas atividades econômicas, pois, além de servir para a caça e para extração de lenha, observa-se a extração de areia, cascalho, seixo e argila para as olarias e cerâmicas e pedras para a construção civil. De acordo com dados obtidos até o momento do desenvolvimento do projeto pode-se observar que em ambos os povoados,

³ Os dados sobre os povoados se seguem foram obtidos por meio de pesquisa de campo. Nessa ocasião, foram coletados dados com chefes de domicílios dos dois povoados estudados. No total foram feitas quarenta e quatro entrevistas no povoado Bom Jardim e noventa e três no Mundês. Empregou-se, como instrumento de pesquisa, um questionário com perguntas e respostas pré-definidas. (RICHARDSON, 1999).

os moradores responderam afirmando que fazem, de alguma maneira, uso da serra. Em Bom Jardim, o percentual é de quase 70%, ao passo que em Mundês, praticamente a metade dos entrevistados respondeu positivamente à pergunta.

Os povoados Bom Jardim e Mundês, ainda que pertençam à área de entorno do PARNASI e estejam distantes entre si menos de 10Km, apresentam diferenças sociais, econômicas e culturais significativas.

2 Questão ambiental e sociedade contemporânea

A criação de uma área de preservação ambiental insere a região no contexto maior da sociedade contemporânea. A questão ambiental é uma das forças desestabilizadoras da modernidade por sua capacidade de questionar, por exemplo, os Estados nacionais já que soluções para problemas ambientais não podem ficar restritas aos limites de um único país e de suas leis. A questão ambiental é, nesse sentido, expressão da globalização expõe dimensões comuns de diferentes partes do mundo, diferentes países, regiões de cada país e, ainda, do mundo rural e do mundo urbano. Essa nova dinâmica, por sua vez, recria as relações de poder e de estratificação entre regiões, países, cidade e campo e classes e grupos sociais.

Pode-se dizer, assim, que a questão ambiental insere a realidade social dos povoados em um contexto maior integrando-os ao mundo contemporâneo de modo a conectar a realidade local com a global.

[...] A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2007, p. 15).

As questões relacionadas ao meio ambiente tiveram origem na crítica da capacidade de degradação da natureza por parte da sociedade contemporânea. Pode-se dizer que parte dessas idéias (SACHS, 2006; LEFF, 2007) tinha um forte componente crítico não apenas da degradação ambiental propriamente dita, mas do modelo social, econômico e político que orienta e intensifica essas práticas. Em resposta ao modelo criticado, a expressão ecodesenvolvimento foi cunhada para indicar “novos modelos de produção, de estilo de vida que reconheça e respeita as especificidades regionais, étnicas e se baseie na gestão participativa.” (LEFF, 2007, p. 17).

O caráter crítico do ecodesenvolvimento expressa-se ainda, do ponto de vista econômico, pela necessidade da internalização da natureza e da indissociabilidade da questão ambiental com a dimensão socioambiental. No entanto, o que surgiu como crítica ao modo como a sociedade capitalista se

relaciona com a natureza acabou por ser cooptado pelo chamado neoliberalismo (LEFF, 2007, p. 22). Nesse sentido, a substituição da expressão “ecodesenvolvimento” pelo “desenvolvimento sustentável” expressa um processo compatibilização do desenvolvimento econômico com preservação ambiental (ENNES, 2008). O que era uma ameaça ao sistema, tornou-se, finalmente, uma poderosa oportunidade para novos ramos de negócios em decorrência da mercantilização da natureza e de seus bens materiais e simbólicos.

Por seu turno, o privilegiamento dos aspectos técnicos e científicos para as soluções dos problemas ambientais representa uma outra possível fonte da despolitização da questão ambiental. Como fica claro no estudo de Cristina Texeira (2005), à medida que as características sociais e culturais que definem a especificidade das comunidades envolvidas em projetos de desenvolvimento sustentável não são consideradas devidamente, sua singularidade é submetida ao rol de soluções técnicas. Assim, não há uma concepção construída com base na inter-relação entre sociedade e natureza, na perspectiva da interdependência e da autonomia desses sistemas. Ou seja, quando não são consideradas suas especificidades, a sociedade é naturalizada o que significa não levar em conta as características sócio-cultuais dos sujeitos e comunidades diretamente envolvidas (TEXEIRA, 2005, p. 59).

A noção e as ações de desenvolvimento sustentável representam, desse modo, a despolitização da questão ambiental e sua mercantilização (LEFF, 2007, p. 19-20). O desenvolvimento sustentável é incapaz de internalizar as condições ecológicas⁴ e as condições socioambientais. Desse modo, “[...] as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento.” (LEFF, 2007, p. 18).

O PARNASI e os povoados que o circundam retomam a discussão apresentada por Diegues (1996) sobre a criação unidades de conservação em áreas previamente habitadas. De acordo com esse autor, o modelo de ambientalismo importado dos países industrializados não reflete as aspirações e os conceitos da relação homem/natureza características das sociedades tradicionais dos “países do Sul”. Sendo assim, a instauração de unidades de conservação provoca cada vez mais conflitos com as populações residentes no interior de áreas protegidas e no seu entorno e pode se configurar como um novo elemento de expropriação de terras e saberes.

Como já se ressaltou, a prevalência dos aspectos econômicos e técnicos, sobre os culturais e sociais e a necessidade de adequação às regras do mercado têm feito com que as críticas e princípios preconizados pelo ecodesenvolvimento cedam silenciosamente lugar à cooptação pelo mercado traduzido pelos modelos e soluções apresentados pelos partidários de

⁴ A esse respeito ver FOSTER (2005).

teorias do desenvolvimento sustentável que esvazia o potencial crítico, transformador e (re)criam velhas formas de dominação e subordinação.

3 Estratificação social e questão ambiental

A globalização e as forças por meio das quais se materializa, como, por exemplo, a questão ambiental, são forças de desestabilização da modernidade e de seus pilares políticos, econômicos e culturais. Por entre as suas rachaduras surgem novas expressões e dinâmicas de funcionamento do aparato jurídico, das empresas transnacionais e da cultura que se mundializa. Nesse contexto, observam-se conquistas políticas importantes, como os direitos políticos e sociais por parte das mulheres, negros e homossexuais.

No entanto, as conquistas políticas obtidas no contexto da chamada pós-modernidade não elimina-se relações de poder e de dominação. Embora cara à sociologia contemporânea, a noção de estratificação social lança luz sobre a realidade investigada no que diz respeito às mudanças e permanências das relações de poder entre agentes sociais presentes nos povoados após a implantação do PARNASI. Aqui entende-se por estratificação social o processo que posiciona hierarquicamente indivíduos e grupos sociais como resultado das disputas e relações de poder econômico, político e cultural. É oportuna a explicação de Ianni (1978) sobre o processo de estratificação social.

[...] precisamos compreender que a maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político. [...] não se pode compreender o processo de estratificação social enquanto não se examina a matéria pela qual se organiza as estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política) (IANNI, 1978, p. 11).

Nessa definição fazem-se presentes as dimensões política e econômica denominadas de “estruturas de apropriação e de dominação”. Nos dias atuais e considerando o objeto de estudo, é necessário identificar e compreender os elementos políticos, culturais e sociais por meio dos quais as relações sociais (re)estratificam antigos e novos agentes sociais na área do entorno do PARNASI.

Nesse aspecto, a questão ambiental parece central como elemento da sociedade contemporânea com forte influência em processos de (re)estratificação social. O desenvolvimento sustentável, como se viu acima, ao invés de questionar as relações econômicas, políticas e sociais que dão origem à desigualdade econômica, subordinação e estratificação social,

acaba reforçando-as ao exigir dos agentes sociais a capacidade de adequar-se a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo. Como se poderá ter a oportunidade de verificar a seguir, o capital econômico e o conhecimento e domínio sobre tecnologias e o conhecimento, em especial, o jurídico, são decisivos para a reinserção dos agentes nas relações sociais, políticas e econômicas e para a manutenção das relações de poder de dominação. Desse modo, o processo de estratificação social não desaparece, mas pode incorporar novos elementos tanto em relação aos grupos sociais envolvidos, quanto aos bens em disputa.

Antes de se analisar o processo de (re) estratificação social em questão é necessário compreender como a questão ambiental se torna uma das dimensões centrais nos povoados estudados e, de um modo mais abrangente, na sociedade contemporânea.

4 Novas expressões das relações de poder nos povoados.

A criação de áreas de preservação ambiental está inscrita em um contexto de crítica aos modelos econômicos de grande impacto ambiental. A dissociação da dimensão ambiental da social foi logo percebida e criticada por autores como Leff (2007), que crítica não apenas a degradação da natureza, mas também o modelo econômico e político vigente. Para Leff (2007) a questão ambiental não pode ser enfrentada de modo dissociada das dimensões política e cultural. Isto é, a solução para o problema ambiental passa pela superação da exploração e expropriação de populações, tal como a usurpação e degradação da natureza.

O discurso da sustentabilidade [...] seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e igualdade social (LEFF, 2007, p. 26).

Com base nessa abordagem, poderíamos compreender discurso ambiental como um elemento ideológico que corresponde a uma nova fase de reprodução do capital cuja especificidade é a conversão da natureza em mercadoria.

Uma segunda crítica ao modo com a questão ambiental tem sítio enfrentada pode ser encontrada no questionamento da importação de modelos preservacionistas de outros países, a exemplo, como se viu, da constatação que Diegues (1996) fez de que no Brasil grande parte das áreas protegidas não são “espaços vazios” ou desabitados. Esse é o caso do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, já que foi criado numa região cercada por vários

povoados que ali existem desde antes do início das iniciativas que levaram à sua instalação.

Uma terceira crítica é a ênfase dada pelos projetos e iniciativas de preservação da natureza, compreendendo o questionamento ao “natural” e de sua, não apenas dissociação, mas também oposição em relação à sociedade “A visibilidade da conservação é o meio natural. A ocupação humana é considerada um problema e não parte – inter-relacionada – da proteção ambiental” (TEIXEIRA, 2005. p. 63).

Desse modo, a criação do PARNASI precisa ser entendida dentro de um campo socioambiental⁵ constituído por diferentes agentes sociais. Entre os agentes que se fizeram presentes no processo de criação e ainda atuam na região destacam-se a universidade, o poder público, os moradores e empresários. Esses grupos não são homogêneos e são constituídos por disputas e confrontos internos.

A criação do PARNASI gerou expectativas de criação de novas oportunidades de emprego e renda, principalmente, relacionadas à exploração de atividades ligadas ao lazer e ao ecoturismo (MENEZES, 2004). Esse potencial, no entanto, pouco foi efetivado e as atividades turísticas no local permanecem incipientes e com baixo reflexo socioeconômico (renda, escolarização e qualificação) para os moradores da área (BORJA, 2010).

Do ponto de vista econômico, como já se viu, o povoado Bom Jardim é caracterizado por atividades, agrícolas, já Mundês apresenta uma diversificação de atividades tais como comércio, serviços, agricultura e a produção de blocos, telhas e tijolos. As cerâmicas dispõem de equipamentos automatizados e produzem em grande escala, voltadas principalmente para empresas de construção de Aracaju. Considerando a cerâmica visitada, os trabalhadores são registrados, utilizam alguns dos equipamentos de segurança. Seus fornos são alimentados por eucaliptos rastreados e certificados ambientalmente ou material alternativo como casca de coco, bambu e serragem. Essa cerâmica possui sistema de filtragem com o objetivo de reter as partículas sólidas emitidas pela fumaça. Além disso, já opera no mercado financeiro com créditos de carbono. Por sua vez, parte da matéria prima para produção de blocos vem, em grande parte, de áreas licenciadas pelos órgãos públicos responsáveis que prevê, inclusive, plano de manejo das áreas degradadas.

Nem todos os donos de cerâmicas residem nos povoados ou mesmo no município de Itabaiana ou, ainda, no Estado de Sergipe. No caso da cerâmica visitada, seu proprietário mora em Salvador e a cerâmica é administrada por um gerente residente em Aracaju. Mas há, também, donos de cerâmicas que moram no próprio povoado de Mundês.

⁵ Nesse estudo está-se empregando a noção de campo de acordo com a aceção de Bourdieu: “[...] entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 28/9).

Já nas olarias a produção é menor e é absorvida, em sua grande parte, no próprio município ou na região de Itabaiana. São unidades de produção de base familiar onde trabalham os pais e os filhos maiores de idade e, quando empregam mão-de-obra extra, o fazem em pequena escala e de modo sazonal. Nas olarias os trabalhadores não possuem registro em carteira de trabalho e não há nenhum tipo de proteção contra o calor dos fornos. Donos, seus familiares e empregados trabalham muitas vezes apenas de bermuda, camiseta e chinelos.

No que diz respeito aos moradores, não há nenhuma iniciativa que altere a condição dos moradores, seja para garantir uma nova inserção na economia local que expresse um ganho de poder, seja assumindo a condição de proprietários de negócios ou, que é ainda pior, que deixem a condição de subemprego para a condição de assalariados. Isso porque a incipiente atividade de turismo no Parque ainda não envolve de maneira significativa a população local (BORJA, 2010) e é praticada por empresas localizadas na capital do Estado. Do ponto de vista político, os moradores são mais uma vez excluídos pela inexistência de mecanismos de gestão do PARNASI que os envolvam.

No que diz respeito à matéria prima utilizada pelas olarias, verificou-se o uso de material retirado da região do entorno do PARNASI, o que explica a presença de inúmeras áreas de extração de terra e areia no próprio povoado e em outros da região. A lenha, de acordo com as informações obtidas, é comprada de fornecedores que extraem a madeira de áreas autorizadas.

A dinâmica das relações sociais nos povoados investigados remete a outro conjunto de agentes constituído por várias instâncias e órgãos do poder público, que se faz presente no local e interfere na realidade dos povoados e de seus moradores de diversas maneiras.

A pesquisa indicou que uma das características mais marcantes dos moradores dos povoados é a ausência de formas de organização e mobilização política. Parte da explicação para esse fato reside na tradição política regional marcada historicamente pelas relações personificadas e não institucionalizadas. A vida política do município e, por conseguinte, dos povoados ainda sofre nos dias atuais forte influência dos coronéis, mortos há pouco tempo cujos descendentes e herdeiros familiares e políticos são os atuais protagonistas políticos. Tal como no conjunto do município de Itabaiana, os moradores dos povoados dividem-se em dois grupos, divisão essa significativamente acirrada nos períodos de eleições.

Durante as entrevistas realizadas no local ficou bastante evidente a divisão dos moradores entre esses dois grupos políticos. A fidelidade a eles tem inviabilizado a construção de uma possível identidade dos moradores que lhes permitissem explicitar e mobilizar ações políticas endereçadas ao poder público e aos vários órgãos de gestão e fiscalização do Estado e União que se fazem presentes.

As evidências da incipiência da organização política também são reforçadas pelo fato de as associações de moradores existentes nos povoados estudados se ocuparem fundamentalmente de atividades sociais e de assistência. Pelas informações obtidas por meio da pesquisa verificou-se que as associações não têm assumido o papel de mediador ou de liderança em relação às questões/problemas socioambientais em relação ao poder público.

Os relatos dos presidentes das associações evidenciaram mais uma vez a sua ligação com o poder local. A eleição de um candidato do mesmo grupo político do presidente é vista como a chance de trazer benefícios para o povoado e a eleição de um prefeito do grupo adversário significa dificuldades. Verifica-se pouca autonomia das associações em relação ao poder local e ausência de iniciativas que mobilizem a população local em torno de questões comuns.

A prefeitura municipal de Itabaiana nos povoados faz-se presente institucionalmente, por meio da manutenção de posto de saúde e escolas nos dois povoados. De acordo com informações obtidas, a prefeitura apoiou a criação do PARNASI em parte por existir a expectativa da exploração do turismo na área. Não há, no entanto, evidências claras sobre a participação da prefeitura municipal de Itabaiana nos povoados no que diz respeito às questões socioambientais.

O governo do Estado mantém a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, vinculado à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, órgão responsável pelo licenciamento ambiental no Estado de Sergipe. É por meio dessa atividade que o governo estadual faz-se presente na área estudada. De acordo com a legislação, como o plano de manejo ainda não foi elaborado, a área de entorno do PARNASI é de dez quilômetros. Com base nessa norma, toda a atividade que causa impacto ambiental precisa obter o licenciamento. Desse modo, é à ADEMA que olarias e cerâmicas devem recorrer para pedir autorização para o desenvolvimento

A presença do governo federal, por sua vez, faz-se presente primeiro pela própria implantação do PARNASI, uma vez que, como se viu, foi criado por um decreto presidencial. Faz-se, também, presente por meio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes – ICMBio. O IBAMA cumpre a função de fiscalização da área e tem, inclusive, o poder em conjunto com a política ambiental de multar e prender indivíduos e empresas que cometam crimes ambientais na área. Ainda que disponha de um quadro reduzido de funcionários, por meio das entrevistas e depoimentos realizados com moradores e representantes de olarias e cerâmicas, há evidências de que existe, ao menos, a sensação de que podem ser punidos caso violem as regras características de um Parque Nacional relativo à sua exploração econômica.

A não conclusão da desapropriação de áreas existentes dentro do PARNASI expressa a sua fraqueza institucional que repercute entre os atores envolvidos ao criar uma zona de incertezas quanto à “seriedade” da iniciativa, o que, por sua vez, acaba sendo utilizado como justificativa para eventuais usos inadequados e ilegais da área protegida. A não conclusão do processo de indenização de propriedades privadas pertencentes ao PARNASI cria também dificuldades econômicas para seus proprietários, pois, além de não receberem a indenização, precisam observar as restrições legais impostas pelo Parque, o que restringe a exploração econômica de suas terras.

Um aspecto importante para a compreensão da presença e as formas de atuação de alguns órgãos públicos no PARNASI e em sua área de entorno é a relação que mantiveram e, ainda, mantêm com a Universidade Federal de Sergipe – UFS.

A UFS foi um dos locais privilegiados de onde partiram agentes que atuaram direta e indiretamente na elaboração dos subsídios que teriam influenciado na decisão da criação de um Parque Nacional. A UFS, por meio de seus pesquisadores e de seus estudos sobre a serra, forneceu parte dos subsídios técnicos que fundamentou a decisão do governo federal de criar o PARNASI.

Há de considerar, no entanto, que esses estudos foram executados por pesquisadores originários, principalmente, das áreas da Biologia, Ecologia e Geografia Física, o que, além de evidenciar a diversidade interna da universidade e demonstrar que suas múltiplas áreas comportam também múltiplas abordagens e opções teóricas e políticas, sinaliza o olhar que predominou nesses estudos e nas informações que subsidiaram o governo federal ao decidir pelo PARNASI.

Por outro lado, ainda que realizados por biólogos, ecólogos e geógrafos físicos, alguns desses estudos incorporaram uma perspectiva socioambiental que contemplou a análise das dimensões sociais e simbólicas dos povoados e das relações de seus moradores com a Serra (SANTANA, 2002). No entanto, essa abordagem não foi além do importante trabalho de envolvimento de alguns moradores locais por meio das audiências públicas realizadas como parte do processo que resultou na implantação do PARNASI.

Esse trabalho de sensibilização e de envolvimento da população local também foi realizado pela Sociedade Semear⁶. Nota-se, no entanto, que, do mesmo modo que as audiências públicas, a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, de grande importância no contexto da criação do parque, pouca influência teve para a organização e mobilização da população dos povoados após sua implantação.

⁶ A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – Sociedade SEMEAR – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP criada em dezembro de 2001. Disponível em < <http://www.sociedadesemear.org.br/institucional.asp>>. Acesso: 12/ jun. 2010.

Alguns agentes que atuaram a partir da universidade no momento da criação, atuam hoje, como representantes de órgãos estatais. A implicação disso não deixa de ser contraditória, já que, por haver coincidência de indivíduos, deveria haver continuidade e coerência em relação ao que foi identificado nos estudos no período que antecedeu a criação do Parque, em especial no que diz respeito ao envolvimento dos moradores do povoado do ponto de vista político na gestão do Parque.

É possível que a origem dessa contradição esteja associada à área de formação dos estudiosos que, não obstante, o fato de terem se preocupado com aspectos sociais e culturais dos moradores dos povoados, parecem ter ficado satisfeitos com a criação do Parque e com a garantia que passou a exercer em relação à preservação da natureza. Ter alcançado o primeiro objetivo pode servir de alento e de justificativa para não ter avançado na direção das melhorias das condições de vida dos moradores.

Há, no entanto, que se entender essa contradição não apenas do ponto de vista individual, mas também institucional. O pesquisador, ao ser contratado por um órgão público, passa a atuar dentro de novas regras, normas e de uma nova correlação de forças que define o limite e a abrangência de sua ação

Pela ausência de mobilização e organização política nos povoados e pela presença dos órgãos gestores e de fiscalização, parece ficar clara a relação de desigualdade entre esses agentes sociais e políticos. A relação dos povoados com o poder público, realinha, ainda que de modo desigual, moradores, donos de olarias e donos cerâmicas como aqueles que precisam e devem ser fiscalizados e penalizados por eventuais agressões à natureza e à legislação ambiental.

Esse realinhamento está na base da adesão por parte dos agentes sociais locais ao discurso ambientalmente correto. Todos os moradores, trabalhadores e empresários aproximam-se na elaboração de um discurso no qual a área do PARNASI deve ser protegida. Nota-se, contudo, que essa adesão posiciona esses agentes como aqueles que elaboraram o discurso, em grande parte, de modo impositivo, em razão de sua fraqueza política perante os órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discutiu o processo de (re)estratificação social observado nos povoados Bom Jardim e Mundês localizados na área de entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana localizado na região do agreste sergipano. Localizados no município de Itabaiana, apesar de estarem próximos um do outro, apresentam características diferentes. Como se viu, Bom Jardim caracteriza-se por ser mais agrícola e por sua população estar há mais

gerações vivendo no local. Já em Mundês, foram observadas atividades ligadas ao comércio, serviço, agricultura e à indústria, em especial, representadas pelas olarias e cerâmicas.

O estudo que deu origem ao artigo investigou o papel do debate sobre a questão ambiental e seus desdobramentos políticos, jurídicos e econômicos nas relações entre agentes sociais e agentes de órgãos públicos e sua participação no processo de mudança e/ou recriação de formas e mecanismos de dependência e subordinação social e política.

Essa problemática está ligada às promessas ligadas à questão ambiental, em especial, às idéias e às ações de desenvolvimento sustentável relacionadas à proteção ambiental e melhoria das condições de vida de populações envolvidas, no caso, na criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. A questão ambiental foi aqui entendida como expressão da globalização, uma vez coloca questões que não podem ser resolvidas no âmbito dos Estados Nacionais e, assim, insere a região e os povoados estudados à ordem global.

Os resultados do trabalho apontam para a ratificação da idéia de que o desenvolvimento sustentável, ao contrário do ecodesenvolvimento, representa um ajuste dos princípios de preservação ambiental à lógica do mercado. O estudo demonstrou que a questão ambiental recria velhas relações de poder e tende a reproduzir as relações de subordinação e dominação. Isso porque os agentes sociais envolvidos participam das relações em condições de desigualdade econômica, política e cultural. Desse modo, os agentes menos capitalizados economicamente, com menos conhecimento das leis e do funcionamento do mercado econômico são expostos a condições precárias de vida, de trabalho e de renda, o que, por sua vez, os expõe a práticas econômicas de impacto ambiental e, conseqüentemente, à ilegalidade.

Ao final do estudo, ainda que de modo não totalmente definitivo, é possível identificar os agentes sociais e públicos, bem como seu posicionamento nas relações socioambientais investigadas. De um lado, observou-se o poder público representado, principalmente, pelos órgãos de gestão e fiscalização do Parque. Nesse ponto, ressalta-se a sobreposição de agentes dos órgãos públicos com pesquisadores da universidade responsáveis por estudos que teriam subsidiado a decisão pela modalidade de proteção ambiental. Como se viu, essa relação entre universidade e órgãos públicos ajuda a compreender como tem se processado as relações sociais e políticas desde a criação do Parque. Isso porque a predominância de especialistas em Biologia, Ecologia e Geografia Física, seja na condição de pesquisadores, seja de gestores de órgãos públicos, coincide com a não melhoria das condições de vida dos moradores dos povoados uma vez que passaram a sofrer maiores restrições ao uso dos recursos naturais sem que tenham se concretizado alternativas efetivas de emprego e renda.

A análise das relações socioambientais nos povoados revelou a existência de atores sociais diferentes e de diferentes capacidades de adequação às regras do chamado desenvolvimento sustentável. Nesse ponto, verificou-se que se as cerâmicas têm demonstrado maior capacidade de adequar suas atividades às leis ambientais e trabalhistas, as olarias encontram-se em uma situação de maior exposição à ilegalidade. Os moradores, por sua vez, sofrem igualmente as restrições de uso econômico da área protegida e parte considerável deles vive a dependência de emprego em olarias e cerâmicas.

Desse modo, a realidade investigada indica a predominância de uma lógica ambiental econômica e técnica que privilegia e confere maior poder aos órgãos públicos e proprietários de cerâmicas, detentores de capital econômico e saber técnico, científico e jurídico.

Em contrapartida, moradores, donos de olarias e de cerâmicas elaboram um discurso ambientalmente correto que expressa a necessidade de adequar-se às novas exigências, fruto de um processo político do qual pouco participam e interferem em sua condução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis, (SC): UFSC, 1994.

BORJA, Oscar Rodrigo Pessoa. *Ética e educação ambiental: a percepção da alta administração das agências de viagens do Estado de Sergipe com atividades na unidade de conservação (Parna – Serra de Itabaiana)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. *Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América de 1940*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg_03_48.pdf>. Acesso: 04/maio 2007.

BRASIL. *Glossário*. Disponível: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/z-1corpo.htm>>. Acesso: 05/maio 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ENNES, Marcelo Alario. Identidade, natureza e sustentabilidade. In: SANGOS, Antonio Carlos dos. *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. São Cristóvão (SE): EdUFS, 2008.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, Octavio. *Teorias da Estratificação Social*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

LANG, Alice Betriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: *1 Encontro regional de História Oral / Sudeste – Sul*, 1995.

LEFF, Enrique. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In: _____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. p.15-31.

MENEZES, Luiz Carlos de. *Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?* 2004. 192 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de pós-graduação e Estudos do semi-árido. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: von SIMSON, Olga R. M. (Org.) *Experimentos com histórias de vida* (Brasil – Itália). São Paulo: Vértice, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social. Métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecosocioeconomia*. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20 nº. 59, out. 2005.